

SEÇÃO II

Inflação

SUMÁRIO

Maria Andréia P. Lameiras

Técnico de Planejamento e Pesquisa da
Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

Após acelerar fortemente em junho, a inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), voltou a registrar variação mais amena em julho, ratificando a expectativa, para o restante do ano, de um cenário inflacionário ainda bem-comportado, com taxas acumuladas em doze meses abaixo da meta de 4,5%. No acumulado do ano até julho, a alta nos preços dos alimentos (3,5%), combinada ao forte reajuste nas tarifas de energia elétrica (13,8%), vem reduzindo a diferença entre as taxas de inflação por faixa de renda. Enquanto, no acumulado em doze meses, a inflação das classes mais pobres (3,5%) ainda se mantém bem abaixo da observada nas camadas de renda mais elevada (5,2%), no acumulado do ano, este diferencial já é bem menor – das famílias de renda mais baixa foi de 2,8%, ou seja, apenas 0,4 ponto percentual (p.p.) menor que a registrada na faixa de maior renda (3,2%).

A partir do segundo trimestre, a inflação esperada para o ano acelerou-se, à medida que novos pontos de pressão foram surgindo. Além da greve dos caminhoneiros, que reduziu subitamente a oferta de alimentos e combustíveis, a intensificação do processo de desvalorização cambial, aliada à quebra da safra internacional de trigo e milho e ao baixo nível de chuvas, gerou incrementos tanto no segmento de preços livres quanto de administrados. Em que pese o fato de que boa parte destes focos inflacionários tenha sido originada por fatores transitórios e causada por fatores exógenos, houve uma contaminação dos índices mensais, gerando a perspectiva de inflação mais alta em 2018. No entanto, dado o comportamento baixista da inflação passada, mesmo diante destes pontos de pressão, o IPCA deve fechar o ano próximo à meta de 4,5%.

Este quadro de inflação, projetado pelo Ipea, baseia-se em um balanço de riscos pontuado por um crescimento modesto da atividade econômica em 2018, por um amplo grau de ociosidade da economia (evidenciado pelo Indicador Ipea de Hiato do Produto)¹ e pela lenta retomada do mercado de trabalho, atuando como limitador de uma alta de preços mais significativa, principalmente no setor de serviços e de bens de consumo duráveis. Adicionalmente, a perspectiva é de desaceleração dos preços administrados, tendo em vista que a maior parte dos reajustes da energia já foi concedida, além da baixa probabilidade de novas altas significativas na cotação do petróleo no mercado internacional.

¹ Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/06/28/1742/>>.

1 Índices de preços: Núcleos e difusão

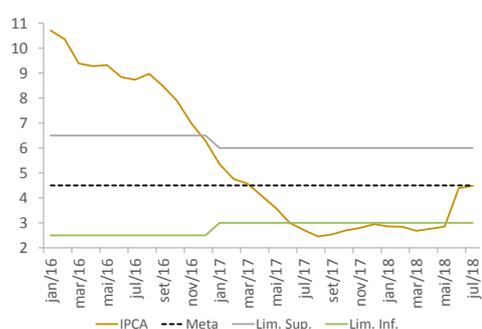


Em julho, em que pese o forte recuo do índice mensal na margem (0,33% ante taxa de 1,26% observada em junho), no acumulado em doze meses, a inflação brasileira, medida pelo IPCA, registrou a quarta aceleração consecutiva, atingindo alta de 4,5% (gráfico 1). De fato, após manter-se por vários meses em patamar próximo a 3,0%, o IPCA acumulado em doze meses acelerou fortemente em junho último, devido, sobretudo, à greve dos caminhoneiros e seus impactos sobre os preços dos alimentos. Em julho, ainda que em menor intensidade, a inflação em doze meses apontou nova alta, estabilizando-se em níveis próximos à meta de 4,5%. Deve-se ressaltar, no entanto, que embora o ambiente ainda seja de inflação sob controle, o desempenho dos alimentos continua sendo um importante ponto de alívio sobre o IPCA, tendo em vista que, com a exclusão deste grupo de produtos, o índice em doze meses registra alta de 5,3% (gráfico 2).

GRÁFICO 1

IPCA – índice total

(Variação acumulada em doze meses, em %)

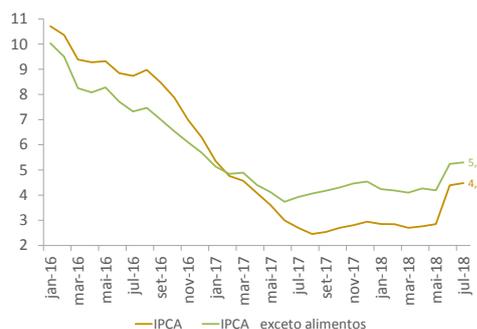


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 2

IPCA - total e exclusive alimentos

(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

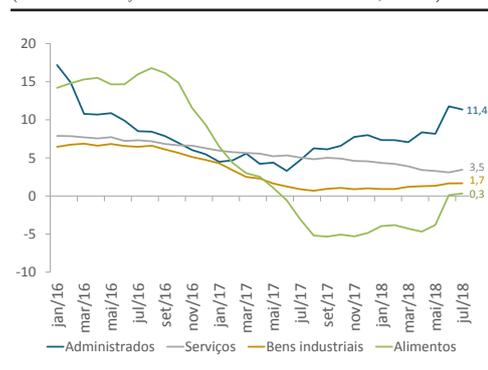
Na desagregação do índice de julho, observa-se que, embora os alimentos representem o maior fator de desaceleração inflacionária, na comparação com o mês anterior, houve uma melhora no comportamento de praticamente todos os segmentos que compõem o IPCA. No entanto, na comparação interanual, à exceção dos preços administrados, cuja alta de 0,9% mostrou-se inferior à observada neste mesmo mês do ano anterior (1,3%), todos os demais componentes da inflação apresentaram uma aceleração em suas taxas de crescimento (gráfico 3).

Por certo, embora já apresente um leve recuo, na margem, os preços administrados representam o principal fator de pressão sobre o IPCA ao longo do ano. No acumulado em doze meses, até julho, esse conjunto de preços aponta variação superior a 11%. Em contrapartida, os preços livres registram comportamento bem mais favorável, com taxas próximas a 2,0%, refletindo não apenas a baixa inflação dos alimentos (0,3%), mas também o bom desempenho dos serviços (3,5%) e dos bens industriais (1,7%).

Apesar do recente aumento do índice cheio, os indicadores de difusão do IPCA revelam que não há um claro processo de disseminação de alta de preço em curso. Os dados revelam que na média do último trimestre móvel, encerrado em julho, a proporção de itens com variação positiva no IPCA foi de 56%, ainda abaixo da média histórica (63%). Deve-se ressaltar que os dois últimos trimestres móveis foram impactados negativamente pelo resultado mensal de junho (65%), e em julho, o indicador mensal registrou variação de apenas 49%. De modo semelhante, o indicador calculado com a exclusão dos alimentos indica que, apesar de alguma aceleração na margem, este ainda se encontra em níveis relativamente baixos (gráfico 4).

GRÁFICO 3
IPCA – categorias

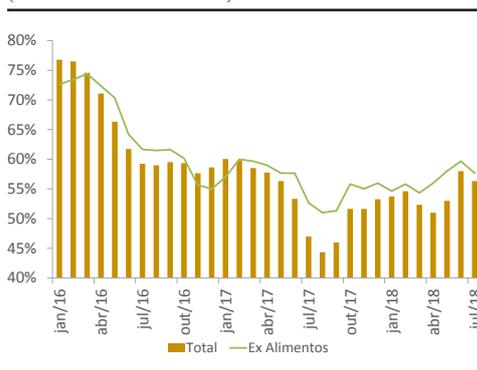
(Taxa de variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 4
Indicador de difusão do IPCA

(Médias móveis trimestrais)

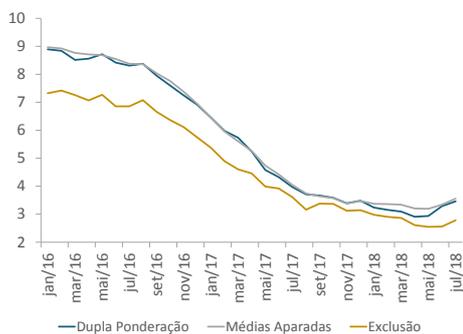


Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em linha com o índice cheio, as medidas de núcleo de inflação também apontam leve alta na margem (gráfico 5). No acumulado em doze meses, até julho, os núcleos registram, em média, variação de 3,3%, abaixo da observada neste mesmo período de 2017 (3,9%). Na desagregação por metodologia, nota-se que o núcleo por exclusão, que retira do cálculo os preços dos alimentos e bens e serviços monitorados, é o que aponta a menor taxa (2,8%). Embora os núcleos por médias aparadas suavizadas e o de dupla ponderação apresentem resultado um pouco mais elevado (3,6% e 3,5%, respectivamente), estes ainda se mantêm bem abaixo da meta de inflação (4,5%).

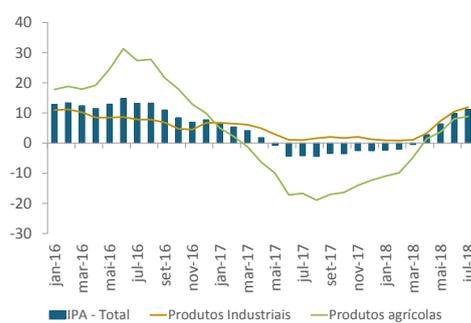
Ainda que em menor intensidade, essa alta da inflação no varejo no último trimestre já era esperada, tendo em vista o comportamento dos preços ao produtor ao longo do ano. Após iniciar o ano de 2018 com uma deflação de 2,0%, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), mensurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), reverteu significativamente esta trajetória de retração de preços. Em julho, no acumulado em doze meses, este índice apresentou variação superior a 11%, repercutindo uma piora no desempenho tanto dos produtos agrícolas quanto dos industriais (gráfico 6). Este cenário de aceleração de preços ao produtor conjuga não só uma alta nas cotações internacionais das commodities agrícolas e metálicas, como também um movimento de apreciação da taxa de câmbio (gráfico 7).

GRÁFICO 5
IPCA – medidas de núcleo de inflação
 (Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

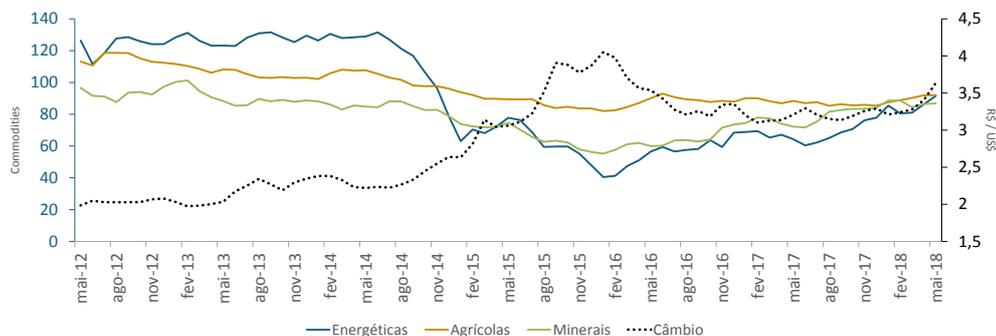
GRÁFICO 6
Índice de preços ao produtor amplo – IPA
 (Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: FGV.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



GRÁFICO 7
Commodities e câmbio
 (Índice 2010=100)



Fonte: Banco Mundial e BCB.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Inflação de alimentos

Com o fim do impacto da greve dos caminhoneiros, que gerou uma alta de 3,1% em junho, a inflação dos alimentos no domicílio, medida pelo IPCA, registrou queda de 0,59%. Apesar desta forte desaceleração na margem, no acumulado em doze meses, a taxa de variação dos preços dos alimentos no domicílio acelerou de 0,11% em junho para 0,33% em julho. Na desagregação deste segmento (tabela 1), observa-se que, apesar de vários subgrupos ainda apresentarem deflação em doze meses, dos quatro conjuntos de itens com maior peso no IPCA, três deles – carnes (2,0%); leite e derivados (13,3%); e panificados (3,0%) – já registram variações positivas. No caso das carnes, o enfraquecimento da demanda interna e a diminuição das exportações vêm reduzindo o abate de animais, gerando uma retração da oferta. Em relação ao leite, a oferta mais limitada deve-se, sobretudo, aos baixos rendimentos deste setor em 2017, que desestimularam os investimentos. Por fim, o subgrupo dos panificados foi impactado pela alta dos preços do trigo no mercado internacional, além da apreciação da taxa de câmbio.²

2. Para maiores detalhes sobre a dinâmica dos preços agrícolas, ver a seção de Economia Agrícola da Carta de Conjuntura 40, terceiro

TABELA 1

IPCA – alimentação no domicílio – por subgrupos
(Variação acumulada em doze meses, em %)

	Peso no IPCA ¹	2017		2018	
		Julho	Maior	Junho	Julho
Alimentação no domicílio	15,8	-3,1	-3,8	0,1	0,3
Cereais, leguminosas e oleaginosas	0,9	-23,8	-17,0	-18,7	-16,2
Farinhas, féculas e massas	0,7	3,3	-5,1	-2,8	-1,6
Tubérculos, raízes e legumes	0,6	-21,4	12,6	33,4	-3,6
Açúcares e derivados	0,8	-1,5	-15,5	-14,1	-11,3
Hortaliças e verduras	0,2	-8,0	8,9	7,5	2,4
Frutas	1,0	-5,0	-0,9	7,0	3,5
Carnes	2,6	0,4	-3,5	2,2	2,0
Pescados	0,3	8,8	-0,7	1,0	3,1
Carnes e peixes industrializados	0,8	3,5	-4,4	-3,3	-1,4
Aves e ovos	1,0	0,0	-8,6	-2,2	-0,8
Leite e derivados	1,9	-10,0	-4,4	4,3	13,3
Panificados	1,9	2,4	0,6	2,1	3,0
Óleos e gorduras	0,4	0,0	-4,4	-2,4	-0,6
Bebidas e infusões	1,9	7,5	-0,9	-1,1	-1,3
Enlatados e conservas	0,2	2,7	2,5	3,4	3,6

Nota: ¹ Peso médio entre agosto de 2017 a julho de 2016.

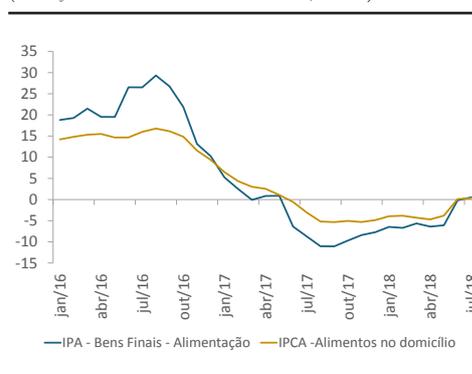
Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A aceleração dos preços dos alimentos medida pelo IPCA vem acompanhando o incremento da inflação ao produtor. Isto ocorre porque, ao contrário do verificado em outros segmentos do varejo, a baixa elasticidade do preço dos alimentos possibilita que os reajustes recebidos pelos produtores sejam repassados aos consumidores de forma quase imediata. Ou seja, mesmo diante de um aumento de preços mais expressivo, a demanda por alimentos não consegue recuar na mesma proporção, tendo em vista que grande parte deste segmento é composta por itens de primeira necessidade. De fato, à exceção de alguns períodos, em que os preços ao produtor registram variações mais intensas, as taxas de inflação dos alimentos no atacado e no varejo apresentam trajetórias semelhantes (gráfico 8).

GRÁFICO 8

Inflação de alimentos – IPCA x IPA
(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE e FGV.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Inflação de bens e serviços

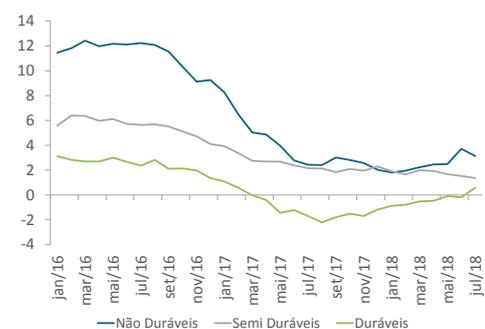
Assim como ocorre com os alimentos, os bens industriais e os serviços também mostram, na margem, uma leve aceleração nas suas taxas de inflação em doze meses, que seguem em patamares confortáveis. O baixo dinamismo da atividade

trimestre de 2018.

econômica – aliado ao elevado grau de ociosidade da economia brasileira e à lenta recuperação do mercado de trabalho e de crédito – vem mantendo os preços livres bem-comportados, impedindo, inclusive, uma alta mais acentuada da inflação pressionada pelos elevados reajustes dos preços administrados.

Em relação aos preços dos bens livres, observa-se que a ligeira alta da inflação, nos últimos meses, é decorrente de um incremento da taxa de variação dos preços dos bens de consumo duráveis (gráfico 9). Após encerrar 2017 com uma deflação de 1,2%, os preços destes itens foram se recuperando de forma que, em julho, no acumulado em doze meses, a variação observada foi de 0,6%. Essa alta dos preços dos bens duráveis no varejo não chega a surpreender, tendo em vista que no atacado estes itens já mostravam, desde o início de 2018, taxas de inflação superiores a 2,0% (gráfico 10).

GRÁFICO 9
IPCA – bens de consumo industriais – por categorias
(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 10
IPCA x IPA – bens de consumo industriais
(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE e FGV.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A comparação dos dados do IPCA e do IPA mostra ainda que boa parte deste descolamento entre varejo e atacado deve-se ao comportamento dos produtos eletroeletrônicos, tendo em vista que este subgrupo ainda registra deflação ao consumidor, mesmo diante de variações positivas de preços ao produtor (gráfico 11). No caso dos automóveis, ainda que em menor intensidade, os reajustes de preços no atacado vêm sendo repassados aos consumidores (gráfico 12).

No caso dos bens de consumo não duráveis e semiduráveis, observa-se que, mesmo diante de um quadro de apreciação da taxa de câmbio, esses segmentos continuam em trajetória estável e em patamar reduzido, em função do fraco dinamismo da demanda interna. Nos últimos doze meses, até julho, a inflação dos dois principais grupos de bens de consumo não duráveis – produtos de limpeza e artigos de higiene pessoal – aponta variações muito baixas (-0,52% e 0,99%, respectivamente). De modo similar, o grupo vestuário, que vem a ser o maior componente dos bens de consumo semiduráveis, aponta alta de apenas 1,6% nos últimos doze meses.

GRÁFICO 11
Bens de consumo duráveis - eletroeletrônicos
(Taxa de variação em doze meses, em %)



Fonte: FGV e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

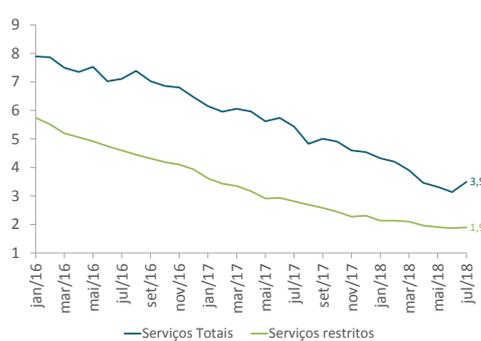
GRÁFICO 12
Bens de consumo duráveis - automóveis
(Taxa de variação em doze meses, em %)



Fonte: FGV e IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Não obstante o bom comportamento dos alimentos e dos bens industriais, a trajetória dos serviços também vem contribuindo favoravelmente para a inflação dos preços livres. Ao longo de 2018, o processo de descompressão dos preços dos serviços vem se intensificando, de modo que, em julho, a inflação em doze meses deste segmento foi de 3,5%, recuando quase 2,0 p.p. em relação ao observado neste mesmo mês de 2017 (5,4%). Em julho, embora mostre uma leve alta, os preços dos serviços foram impactados pelo reajuste de 44% nos preços das passagens aéreas, devido às férias escolares. De fato, a análise do núcleo da inflação dos serviços – cuja metodologia desenvolvida pelo BCB exclui a influência de três conjuntos de itens: passagens aéreas, hotel e excursão; empregado doméstico e mão de obra na residência; e cursos regulares e diversos, internet, telefone e TV a cabo³ – mostra que esta desaceleração é ainda mais intensa (gráfico 13).

GRÁFICO 13
IPCA - inflação de serviços livres
(Taxa de variação em doze meses, em %)



Fonte: IBGE e BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A desagregação dos serviços revela que este movimento de recuo inflacionário vem se dando de forma disseminada (tabela 2). Na comparação com dezembro de 2017, observa-se que, à exceção dos serviços de transportes (leia-se passagens aéreas), todos os demais segmentos mostram desaceleração das suas taxas de inflação em doze meses, com destaque para os serviços de educação, com queda de quase 2,0 p.p.

3 No primeiro caso, o expurgo procura eliminar o impacto das competições esportivas realizadas em 2014 e 2015, enquanto no segundo caso, tenta-se dissipar os efeitos da mudança da métrica utilizada pelo IBGE, em que o comportamento passa a refletir apenas os reajustes do salário-mínimo e não mais as mudanças do ciclo econômico. Por fim, a exclusão do último grupo é decorrente da forma de recomposição desses preços que ocorre de forma pontual ao longo do ano.



TABELA 2

IPCA – serviços livres – por subgrupos

(Variação acumulada em doze meses, em %)

	Total	Serviços de Alimentação	Serviços Residenciais	Serviços de Transportes	Serviços Médicos	Serviços pessoais e de recreação	Serviços de Educação	Serviços de Comunicação
dez/15	8,1	10,4	8,1	3,6	8,7	8,1	9,4	3,8
dez/16	6,5	7,2	6,2	3,0	7,1	7,3	8,7	2,1
dez/17	4,5	3,8	3,5	3,4	4,7	5,0	7,6	5,0
jan/18	4,3	3,2	3,7	4,0	4,7	4,7	7,6	4,2
fev/18	4,2	3,2	3,6	5,4	4,6	4,5	6,3	3,4
mar/18	3,9	3,4	3,6	3,7	4,8	4,2	5,5	3,4
abr/18	3,5	2,7	3,2	1,9	4,8	4,2	5,5	1,8
mai/18	3,2	2,4	2,6	1,4	4,8	4,2	5,5	1,8
jun/18	3,1	2,8	2,4	0,4	4,4	4,1	5,5	1,6
jul/18	3,5	3,4	2,3	3,9	4,1	4,0	5,5	1,6

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

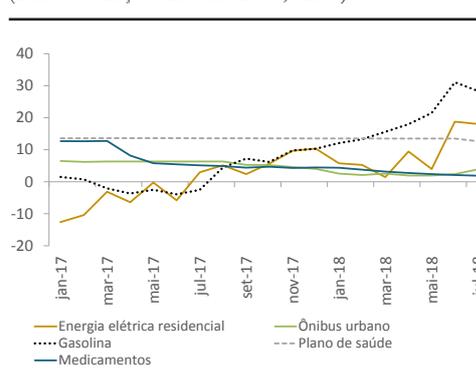
4 Inflação de preços administrados

Desde o segundo semestre de 2017, os preços administrados vêm sendo o principal ponto de pressão inflacionária (gráfico 14). Em julho, apesar de registrar um leve recuo na sua taxa de variação acumulada em doze meses, esse segmento apontou alta de 11,4%, impactado, sobretudo, pelos expressivos reajustes da energia elétrica (18,0%) e da gasolina (28,4%), aliados à estabilidade da inflação dos planos de saúde em patamar elevado (13%). No caso da energia, além do incremento dos custos de produção e distribuição e do aumento

GRÁFICO 14

IPCA - inflação de preços administrados

(Taxa de variação em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

das receitas das usinas hidrelétricas que atuam pelo sistema de cotas, que impactaram diretamente o nível dos reajustes concedidos, o prolongado período de estiagem e, por conseguinte, a implementação da bandeira vermelha em diversos meses do ano explicam esta alta tão significativa. Em relação aos combustíveis – em que pese o forte impacto da greve dos caminhoneiros em junho –, desde o início do ano, esse item vem apresentando uma trajetória de expressiva expansão, pressionada pelos aumentos nas cotações do preço do petróleo no mercado internacional, potencializados, no mercado doméstico, pelos efeitos da desvalorização cambial. Em contrapartida, as tarifas de ônibus urbano e os preços dos medicamentos continuam a apresentar resultados mais favoráveis, com taxas de inflação em doze meses da ordem de 4,0% e 2,0%, respectivamente.

5 Inflação por faixa de renda

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, calculado com base nas varia-

ções de preços de bens e serviços pesquisados pelo Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE, revela que, com o fim dos impactos da greve dos caminhoneiros sobre os preços dos alimentos, reverteu-se o quadro de inflação de junho, no qual as classes mais pobres registraram uma taxa de inflação superior à observada nos segmentos mais ricos (tabela 3). De fato, em julho, a deflação de 0,6% da alimentação no domicílio foi o principal fator de alívio inflacionário nas camadas mais baixas, anulando, em parte, as pressões exercidas pela alta das tarifas de energia elétrica (5,3%) e ônibus urbano (1,5%). No caso das famílias de renda mais alta, verifica-se que, mesmo diante de uma retração de 1,0% no preço da gasolina, os reajustes das passagens aéreas superiores a 44% geraram um forte impacto do grupo transportes sobre o índice de inflação (tabela 4). Adicionalmente, a alta de 0,7% da alimentação fora do domicílio e de 0,4% dos serviços pessoais também se constituíram em focos de pressão inflacionária.

TABELA 3
Inflação por faixa de renda
(Variação mensal e acumulada, em %)

Faixa de renda	jul-17	mai-18	jun-18	jul-18	Acumulado no ano	Acumulado doze meses
Muito baixa	0,26	0,41	1,50	0,26	2,76	3,45
Baixa	0,29	0,41	1,42	0,28	2,82	3,76
Média-baixa	0,29	0,40	1,33	0,29	2,85	4,14
Média	0,22	0,39	1,24	0,32	2,89	4,38
Média-alta	0,23	0,38	1,15	0,35	3,12	4,96
Alta	0,20	0,38	1,03	0,38	3,16	5,17

Fonte e Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 4
Inflação por faixa de renda – julho/2018
(Contribuições por Grupos)

	IPCA	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
	Variação (%)	Impacto em (p. p.)					
Inflação Total	0,33	0,26	0,28	0,29	0,32	0,35	0,38
Alimentação	-0,12	-0,09	-0,06	-0,04	0,00	0,02	0,04
Habituação	1,54	0,32	0,31	0,27	0,24	0,22	0,20
Artigos de residência	0,47	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
Vestuário	-0,60	-0,05	-0,05	-0,04	-0,05	-0,03	-0,03
Transportes	0,49	0,04	0,04	0,05	0,07	0,08	0,09
Saúde e Cuidados pessoais	0,07	-0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
Despesas pessoais	0,31	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03
Educação	-0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação	0,08	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01

Fonte e Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Ainda de acordo com o indicador, nota-se que, embora a aceleração da inflação tenha ocorrido em todas as classes de renda no último bimestre, esta continua sendo menos intensa nas camadas mais pobres da população. Nos últimos doze meses, até julho, enquanto a inflação das classes mais baixas registra alta de 3,5%, a dos mais ricos aponta variação de 5,2% (gráfico 15).

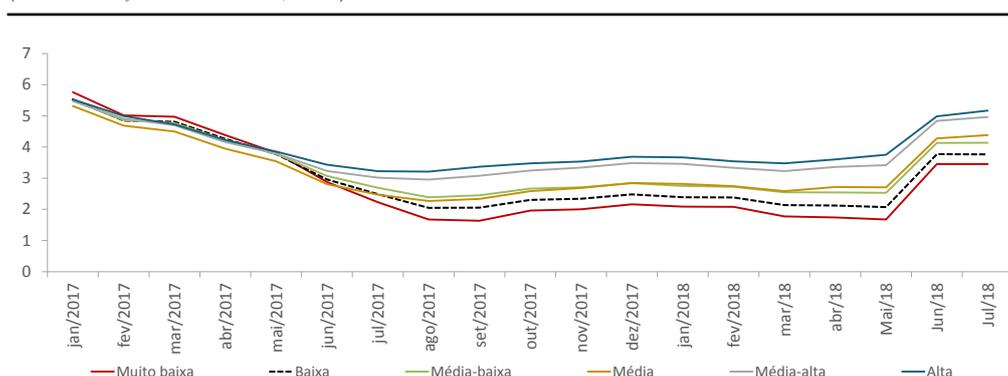
Entretanto, ao longo de 2018, com o aumento dos preços dos alimentos (3,5%) e da energia elétrica (13,8%) – itens de grande peso na cesta de consumo das famílias mais pobres –, essa diferença da inflação entre as diversas classes de renda da população vem recuando (tabela 3). De janeiro a julho, a taxa de crescimento dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias de renda mais baixa foi

de 2,8%, ou seja, apenas 0,4 p.p. menor que a registrada na faixa de maior renda (3,2%). A inflação mais alta para os segmentos de renda mais elevada é explicada, sobretudo, pelo comportamento da gasolina (11,0%), das mensalidades escolares (5,5%) e dos planos de saúde (6,9%), que são itens consumidos, majoritariamente, pelas famílias mais ricas.

GRÁFICO 15

Inflação por faixa de renda

(Taxa de variação em doze meses, em %)



Fonte e Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Leonardo Simão Lago Alvite
Renata Santos de Mello Franco
Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.